

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# **A construção de associativismo na agricultura familiar. A experiência da área rural do Distrito Federal.**

Moisés Villamil Balestro.

Cita:

Moisés Villamil Balestro (2009). *A construção de associativismo na agricultura familiar. A experiência da área rural do Distrito Federal. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/388>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# **A construção de associativismo na agricultura familiar**

## **A experiência da área rural do Distrito Federal**

***Moisés Villamil Balestro***

***Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas (CEPPAC)***

***Universidade de Brasília***

O desenvolvimento rural implica diversidade de atividades, envolvimento de múltiplos atores e um amplo espectro de ações coletivas. Tais questões tornam essenciais os processos de concertação de objetivos e de tomada de decisão envolvendo atores com interesses diversos. De maneira exploratória, o trabalho examina algumas categorias que são consideradas relevantes para o desenvolvimento rural, especialmente para a governança associativa em conexão com o desenvolvimento rural. Os dados analisados no trabalho ainda são bastante preliminares e fazem parte do início de uma pesquisa sobre governança e desenvolvimento rural no Distrito Federal. Os dados foram extraídos de cinco entrevistas em profundidade realizadas com duas cooperativas, SEBRAE, Emater e com uma liderança política da região.

A motivação maior da pesquisa é entender a construção da governança em ambientes institucionais que não facilitam a cooperação e em região desprovidas de uma trajetória de iniciativas associativas.

O trabalho está dividido em três partes. A primeira apresenta uma revisão conceitual sobre desenvolvimento rural e sua relação com a agricultura economicamente viável e aspectos da sua

governança. A segunda parte apresenta uma análise e discussão dos dados da pesquisa qualitativa. Na terceira parte, estão as considerações finais do trabalho.

## **DESENVOLVIMENTO RURAL**

Os resultados do desenvolvimento rural resultam da imposição de novas formas econômicas sobre as condições pré-existentes. Isso implica uma transformação na organização da produção no meio rural, além de mudanças nas relações entre os atores das cadeias produtivas. Neste sentido, o desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e serviços e o desenvolvimento associado de novos mercados. Ele também implica desenvolvimento de novas formas de redução de custo por meio de novas trajetórias tecnológicas (VAN DER PLOEG, 2000). São fatores críticos para o desenvolvimento rural o maior controle sobre recursos importantes, a capacidade de reconfigurar estes recursos e os vínculos entre os produtores e outros grupos na sociedade. Do ponto de vista dos atores em sua ação coletiva, é fundamental a determinação dos agricultores em manter o controle e seu desejo em desenvolver novas capacidades para assegurar isso (VAN DER PLOEG, 2000).

O possibilidade da ação dos agricultores contribuir para o desenvolvimento rural reside em três processos inter-relacionados:

- a capacidade de recombinaar os recursos (espaço, habilidades, prédios, animais e produtos) de parte dos produtores,
- a percepção dos limites crescentes do paradigma do modelo de modernização agrícola da Revolução Verde para a melhoria das condições de vida da população rural e para a sustentabilidade da atividade econômica rural dos agricultores familiares e;
- a construção coletiva de práticas que permitam aumentar a renda dos produtores.

No paradigma da agricultura moderna, há barreiras que dificultam a melhoria das condições de vida no meio rural. A primeira tem a ver com a redução do percentual do valor total produzido para os agricultores com um percentual cada vez maior concentrado nos fornecedores de insumos, nas empresas agroindustriais e no varejo. Neste sentido, a modernização teve um impacto negativo no valor total produzido pelo agricultor. O segundo são as dificuldades de acesso, de parte dos agricultores, especialmente os familiares, à infra-estrutura tecnológica e de serviços disponíveis à população urbana. A terceira questão diz respeito a atual capacidade destes atores sociais de recriar seu espaço social, no sentido de desencadear interações com os seus municípios, construindo

relações, agregando capital social, criando enfim redes<sup>1</sup> de cooperação capazes de territorializar a agricultura familiar e impactar políticas públicas.

A geração de renda está vinculada a diversidade de ocupações associadas a atividades agrícolas e não-agrícolas (ELLIS ET BIGGS, 2000). Uma característica do desenvolvimento rural é a capacidade de mobilizar os recursos materiais e intelectuais da região transformando-os em competências para criação de produtos e serviços que possam ser comercializados em mercados regionais, nacionais e até mesmo internacionais.

A forma de coordenação principal de muitas estratégias de produção e de agregação de valor no meio rural se expressa na governança associativa em que os atores se valem de relações de confiança e de redes horizontais. Tais redes potencializam o aprendizado pela interação e a possibilidade de conseguir economias de escala (MURDOCH, 2000).

O desenvolvimento rural precisa ser visto a partir de quatro dimensões de evolução; a temporal, a espacial, a da demanda e a associativa (MARSDEN ET AL., 2000). O tempo social do espaço rural pode ser construído de maneira alternativa ao imperativo do produtivismo, os recursos sociais e naturais do local podem ser incorporados nas redes de suprimento de alimentos, rivalizando com cadeias produtivas dominadas pelo paradigma da modernização baseado em escala e altamente *commoditizado*. A evolução da demanda que favorece a diversidade dos sistemas produtivos presentes em iniciativas de desenvolvimento rural está ligada a uma sociedade mais complexa com valores pós-materiais em que as questões do como e do onde o alimento é produzido ganham maior importância. Por fim, a evolução associativa diz respeito à coordenação econômica entre os atores produtivos. Para além do mercado e da hierarquia da firma capitalista organizada com base no sistema de produção integrada, os produtores podem desenvolver estratégias de produção coletivas em atividades de aquisição de insumos, de utilização de equipamentos de uso comum, de comercialização e até mesmo de construção de marcas regionais.

Em termos gerais, é possível supor que as regiões que possuem maiores vínculos com mercados e/ou constroem mercados, ao mesmo tempo em que estabelecem concertação e inclusão social, possuem melhor desempenho (VAN DER PLOEG, 2000). Essa combinação acarreta impactos significativos na renda, sem uma dependência exclusiva do financiamento do Estado, permitindo melhores índices de desenvolvimento rural e regional.

---

<sup>1</sup> Redes sociais são *formas de sociabilidade* constituídas que envolvem sujeitos e comunidades. As sociabilidades, geralmente, são alicerçadas em relações de reciprocidade, de solidariedade e de dialogicidade. Segundo Scherer-Warren (2006), redes são capazes de estabelecer laços que articulam e perpassam as dimensões do *tempo social*, do *espaço* e do *território* e das *formas de sociabilidade*. Desse modo, as redes sociais podem ser duradouras ou não, dependendo, dentre outros fatores, das *formas de sociabilidade* constituídas que envolvem os sujeitos e as comunidades.

As práticas de desenvolvimento rural e aumento da renda da propriedade podem ser o desenvolvimento da agricultura orgânica, as vendas diretas do produtor ao consumidor, o agroturismo e a pluriatividade. Esta última está relacionada com as atividades geradoras de renda dentro e fora da propriedade.

Ao traçar um quadro comparativo entre agricultura economicamente viável e agricultura modernizada, Van der Ploeg (2000) apresenta as características diferenciadoras entre ambas.

Quadro 1 – Comparação entre características da agricultura economicamente viável e a agricultura modernizada

Agricultura economicamente viável	Agricultura modernizada
Melhoria do nível de renda com a recombinação de recursos auto-controlados	Melhora nível de renda com recursos mobilizados por meio de mercados
Uso múltiplo e flexível dos recursos	Alocação rígida de recursos
Elevado nível de excedente por unidade de produto final	Baixo nível de excedente por unidade de produto final
Inovatividade local	Dependência da disponibilidade de novas tecnologias
Aprender fazendo ( <i>learn-by-doing</i> )	Projetos 'turnkey'
Construção ativa de mercados	Grande quantidade de recursos para gerar renda aceitável

Em suma, o desenvolvimento rural diz respeito a novas redes, novos diálogos e, às vezes, a novos arranjos institucionais. Ele permite aos atores envolvidos irem além das fronteiras do previamente estabelecido.

### **A construção do associativismo na agricultura familiar: dados exploratórios da região de planaltina do distrito federal**

As entrevistas em profundidade foram codificadas em 14 categorias de análise. Na **Tabela 1**, seguem as categorias de análise relativas à governança e sua relação com o desenvolvimento rural. A **Tabela 1** apresenta o número de parágrafos codificados e o número de referências de codificação para cada categoria. Em seguida, são apresentadas e analisadas cada uma das categorias da **Tabela 1**.

Tabela 1 – Síntese da categorização das entrevistas

Nome da categoria	Número de Referências	Número de Parágrafos codificados
Governança	16	33
Associativismo	15	41
Políticas Públicas	10	46
Estratégias dos atores	7	16
Aprendizado	7	23

## Governança

Comprometimento e transparência quanto ao que é feito e a clareza dos benefícios da ação coletiva para os atores envolvidos surgem como os principais problemas para a construção de espaços decisórios tanto no âmbito de projetos que envolvem a concertação de atores diversos como também no âmbito de arranjos cooperativos. Segundo o gerente da maior cooperativa do Distrito Federal, envolvida com a produção e comercialização de grãos e cujos produtores também atuam em bovinocultura, suinocultura e avicultura.

“A nossa cooperativa não tem muitos investimentos que porventura seriam interessantes, a diretoria que ta não tem interesse, porque então deixa para outra, muitas vezes eles continuam na outra ou não e assim vai, isso faz parte do ser humano. Eu acho que realmente, agir como empresa, da forma que você falou, tendo uma administração, uma gerência independente seria melhor, seria bem melhor.”

A dificuldade dos produtores da cooperativa, especialmente da sua direção, em estabelecer relações de longo prazo o que é fundamental para os processos de aprendizado e de agregação de valor necessários associados ao aumento da renda dos produtores e conseqüente melhoria da infraestrutura e das condições do meio rural. Os projetos de longo prazo também contribuem para a formação da confiança. Investimentos em ativos coletivos sinalizam uma arranjo mais duradouro com expectativas de ganhos de longo prazo.

A dificuldade do comprometimento com projetos de longo prazo que concorrem para o desenvolvimento rural é algo percebido também pelo representante da EMATER na cidade de Planaltina.

“problema mais amplo e global para trazer mais desenvolvimento eles começam a discutir problemas pequenos, no varejo, tais como: eu preciso de um mata-burro, trator para arrumar a estrada, a escola está com o telhado quebrado, está faltando médico, dentista e aí o assunto gira em torno disso. E os problemas maiores ficam esquecidos, a gente precisa trabalhar bastante esses pontos, temos feito várias reuniões para discutir essas questões”

Para os representantes do SEBRAE e da EMATER, há necessidade de liderança e de um ator que seja o catalisador das iniciativas e projetos coletivos. Apesar de muitos perceberem os ganhos individuais com as ações, falta uma coordenação que as ações e a cooperação aconteçam.

A ausência de uma cultura associativa é algo presente nos problemas de governança da região. As políticas e projetos não foram construídos de baixo para cima e as associações são vistas como veículos de relações clientelistas. Esse é o caso de presidentes de associação que tem como meta uma candidatura política ou a obtenção de um cargo no governo local. A concertação e inclusão social são dificultadas pelo pouco nível de confiança entre os atores e um menor estoque de capital social, entendido como os recursos presentes nas redes sociais. Ao invés disso, as relações parecem ser mais verticais e com pouco espaço para a ação coletiva.

“É cada um puxando para um lado, não existe uma coesão das ações desses órgãos. Há a questão do ciúme, a questão de quem é dono da criança, isso é bem latente aqui, não querem comprometer e acabam não ajudando, pois não vêem ganhos políticos. Acho que um dos maiores problemas para implementar os nossos programas está relacionado a essa questão. Tem outro lado, alguns desses programas não foram construídos da base, não veio do produtor. Muitas vezes, veio do governo de cima para baixo...”

## **Associativismo**

A maioria das associações em Planaltina foi constituída a partir de um programa assistencial do governo Sarney de distribuição de leite. Além disso, elas eram vistas como oportunidade de conseguir um emprego no governo para aqueles que a presidiam. Este histórico reforça o sentido disseminado do uso instrumental das associações. O uso instrumental afeta negativamente a transparência na prestação de contas em relação aos objetivos e ao caráter das decisões. Ele dá margem para uma agenda oculta que dificulta a formação de relações de confiança. Segundo um

dos entrevistados, um dos problemas é também o fato de as associações são criadas de maneira *ad hoc* e sem um *leitmotiv* próprio.

“Olha um dos problemas que a gente observa é que as associações normalmente são criadas em cima de alguns obstáculos do produtor. E, muitas vezes, pressionados pelo poder público para poder participar de um programa, ou ter direito ao uso de um trator, ou alguma coisa em troca. Para mim, o primeiro erro é esse: as associações são criadas para resolver um problema, elas não são criadas para o desenvolvimento.”

No entanto, não existe ação coletiva em abstrato em prol de um desenvolvimento genérico. Criar uma associação para resolver um problema não é obstáculo em si. Tudo depende da natureza e da complexidade do problema. Se o problema colocado é uma estratégia de agregação de valor ou de reorganização da produção de forma que os agricultores se tornem mais autônomos, isso é suficiente para que a ação coletiva empreendida pela associação contribua para o desenvolvimento rural.

Há pelo menos três iniciativas bem sucedidas de associativismo entre produtores rurais na região de Planaltina. Uma delas é uma cooperativa de olericultores iniciada em 2000. A cooperativa reúne 136 produtores e tem como carro chefe o pimentão. Além de abastecer os consumidores do DF por meio de grandes redes de supermercados, ela comercializa o pimentão para outras regiões do país como o caso de Manaus. Uma outra iniciativa é uma associação de apicultores que reúne quarenta criadores e possui apoio do SEBRAE local.

Seguindo a lógica da cooperação (Axelrod, 1984), é possível construir uma cultura associativa a partir do efeito demonstração da superioridade nos resultados da cooperação vis-à-vis os resultados obtidos com o comportamento oportunista e com as relações clientelistas.

## **Políticas Públicas**

Na percepção dos representantes das cooperativas, as políticas públicas mais relevantes são as de crédito. Para a cooperativa de olericultores com produtores de pequeno porte em sua maioria, foi destacado um programa de crédito do governo do DF de fácil acesso com juros equalizados em 4% ao ano que variam de R\$ 10 mil a R\$ 50 mil. Já para o entrevistado ligado à cooperativa de grãos que reúne produtores médios e grandes, o acesso ao crédito é burocratizado e muitos acabam optando pelo financiamento por meio de *tradings*, o que aumenta ainda mais a dependência destes produtores em relação às grandes corporações.



Na perspectiva da EMATER, há seis programas considerados os mais importantes: bovinocultura de leite (federal), floricultura (DF), olericultura (DF) que mais emprega a mão-de-obra de Brasília da área rural, Organização Rural (DF) e Desenvolvimento Sócio-familiar.

O uso da água é uma questão muito relevante para a agricultura do Distrito Federal. Por esta razão, há um esforço conjunto da EMATER e da Agência Nacional de Águas, envolvendo as cooperativas, para um uso mais racional dos recursos hídricos. Um exemplo disso foi a substituição do sistema de aspersão por sistema de gotejamento na produção hortigranjeira.

No caso específico de ações voltadas à melhoria da governança, não há políticas ou programas voltados ao fortalecimento do associativismo e nem uma abordagem territorial do desenvolvimento rural. A educação cooperativa está praticamente ausente da agenda dos atores que executam programas voltados ao meio rural do Distrito Federal.

### **Estratégias dos atores**

Recombinar recursos e aumentar a renda dos produtores por meio da diversificação e da agregação de valor na forma de transformação agroindustrial e estratégias de comercialização que transformem o local e a proximidade com o consumidor em um ativo passam pela reorganização da produção dos agricultores da região. Nas palavras do representante da cooperativa que seguiu à risca o paradigma da modernização, a diversificação e uma efetiva estratégia de agregação de valor na busca por autonomia apenas aconteceria diante de uma dificuldade muito grande dos produtores médios e pequenos. Embora não seja partilhada pela direção da cooperativa e não existam iniciativas consistentes nesta direção, ele considera que se as cooperativas conseguissem atuar mais diretamente junto aos consumidores, isso seria bem visto pela boa imagem que a organização cooperativa possui.

Por outro lado, na perspectiva da cooperativa de olericultores, o desafio é buscar uma organização de processos mais eficiente com base em manejo e técnicas de gestão. A eficiência maior não passa pelo chamado “pacote tecnológico”, mas pela maior capacitação dos funcionários da cooperativa.

Ainda que de forma exploratória, percebe-se que os atores possuem um longo caminho a percorrer para que as práticas e estratégias de desenvolvimento rural se tornem uma realidade. No entanto, há sinais de uma percepção crescente de que as coisas precisam mudar, de o paradigma da agricultura moderna altamente especializada, intensiva em insumos e em que renda do produtor torna-se espremida pelas grandes empresas das cadeias produtivas.

## Aprendizado

Quando postos em contraste, nota-se uma diferença importante entre o que é mencionado como aprendizado na perspectiva do representante da cooperativa de olericultores em relação à cooperativa de grãos. No primeiro caso, há ênfase no ‘aprender fazendo’ e no aprendizado que deriva da interação entre os produtores.

“Por exemplo, se tem uma pré-assembléia quatro horas agente chega três e meia e ficamos conversando, perguntando, indicando um pro outro. Se eu vejo que minha propriedade está com algum problema eu vou nas outras vejo como é que funciona se a minha tá boa e a deles tá pior eu passo informação de como funciona. Tem essa troca de informação... a gente vai na propriedade do outro ver o que tá dando errado pra não fazer na da gente.”

No segundo caso, a ênfase está no aprendizado formal por meio de palestras e reuniões com técnicos de fora. As palestras são muitas vezes para divulgar um produto ou tecnologia do tipo *turnkey*. É um aprendizado passivo em que os recursos estão incorporados em uma tecnologia desenvolvida fora da propriedade.

“Nós temos locais onde se faz quase todo mês reuniões, palestras, vem gente de...claro que por trás dessas palestras existe interesse comercial, mas de qualquer forma a cooperativa colabora no sentido de divulgar novas tecnologias, promover palestras, lançamentos de novos produtos.”

O escopo do aprendizado pela interação entre os produtores de hortigranjeiros é bastante mais amplo. Ele envolve:

“manejo, a forma de preparar o solo, de irrigar o solo, de pulverização, produtos que estão funcionando pra tal praga, porque tem produtos indicados que não funcionam certa época do ano, dependendo da umidade e da temperatura alguns produtos não funcionam, então agente troca muitas informações, olha, tal produto tá combatendo certo tipo de praga e tem outro que já descobre outra coisa e assim vai.”

## Considerações finais

O presente artigo revela em caráter preliminar as dificuldades de constituição dos principais elementos capazes de viabilizar um projeto de desenvolvimento, vinculado à idéia de uma agricultura que alcance, ao mesmo tempo, autonomia e viabilidade econômica frente à lógica predominante de “empresariamento” predatório do espaço rural. O caso em estudo refere-se à transição experimentada pela região de Planaltina, situada no cinturão verde do Distrito Federal, que reflete, também, o impacto da “modernização” agrícola em curso no bioma Cerrado nas últimas décadas.

A região em tela concentra um número expressivo de agricultores familiares. No entanto, não foi beneficiada por qualquer política pública articulada que fosse capaz de favorecer seu potencial de desenvolvimento autônomo na perspectiva teórica apresentada por Van der Ploeg. Ao contrário, acabou sufocada indiretamente pela lógica da grande propriedade monocultora que vem dominando o processo produtivo no Cerrado brasileiro, responsável por impactos ambientais expressivos e pela estagnação no que diz respeito à persistência da concentração de riquezas, conforme atesta a manutenção estática do Índice de GINI na região nas últimas quatro décadas. O domínio principal se concentra mais plano simbólico e político, pois é perceptível a completa invisibilidade dos atores da agricultura familiar na região enquanto grupo organizado com projeto de desenvolvimento.

Os dados da pesquisa, conforme ressaltados, são preliminares. É possível afirmar, porém, que entre todas as categorias de análise o que emerge com maior desafio para alterar os aspectos subjetivos que prendem este conjunto de atores sócio-produtivos a uma lógica que em nada os beneficiam no plano político, econômico e social, diz respeito à ausência de uma cultura associativa. Elementos que reforçam relações clientelistas e fragilidades no nível de confiança entre os atores parecem explicar melhor um caso curioso de uma região que concentra número expressivo de agricultores familiares, em tese beneficiados geograficamente pela proximidade com um mercado fortemente demandante de seus produtos, instituições de pesquisa, agências de fomento, tomadores de decisão do setor público, mas que simplesmente conseguem construir uma identidade no contexto dos projetos de desenvolvimento rural em disputa no país.

Ao retomar a idéia de que o desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e serviços e o desenvolvimento associado de novos mercados, bem como o desenvolvimento de novas formas de redução de custo por meio de novas trajetórias tecnológicas, pode-se dizer que as características do Distrito Federal apresentam alguns favoráveis à criação de estratégias que possam

ir além do paradigma da agricultura moderna. Primeiro, o fato de que exista uma quantidade de agricultores familiares e agricultores de pequeno porte proporcionalmente maior do que no restante do centro-oeste. Segundo, o fato destes produtores estarem localizados próximos a um importante centro de consumo, com alto grau de sofisticação aberto a novidades de mercado. Neste sentido, há um grande espaço para diversificação e multifuncionalidade no espaço rural do Distrito Federal desde que construída uma governança associativa.

## Referências bibliográficas

- AXELROD, Robert The evolution of cooperation, Basic Books, 1984.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Estatísticas do meio rural**. São Paulo/Brasília, DIEESE, 2006.
- ELLIS, F. e BIGGS, S. Evolving themes in Rural Development 1950s-2000s in **Development Policy Review**, 19(4), p. 437-448.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Impacto Ambiental da Cana-de-Açúcar**. Brasília, 2005.
- MARSDEN, T. et al. Food Supply Chain Approaches: exploring their role in rural development in **Sociologia Ruralis**, Vol. 40(4), pp. 424-438.
- MURDOCH, J. Networks: a new paradigm of rural development? in **Journal of Rural Studies**, 16, pp. 407-419.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.
- VAN DER PLOEG, Jan Douwe Revitalizing Agriculture: Farming Economically as Starting Ground for Rural Development in **Sociologia Ruralis**, Vol. 40 (4), 2000.
- VAN DER PLOEG, J.D. ET RENTING, H. Impact and potential: a comparative review of European Rural development practices in Sociologia Ruralis, Vol. 40, 4, 2000.
- VAN DER PLOEG, J.D. ET AL. Rural development: from practices and policies towards theory in Sociologia Ruralis, Vol. 40, 4, 2000.
- VAN DER PLOEG, J.D. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização, trad. Rita Pereira, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.